

DROGAS

O consumo de drogas é uma questão frequentemente abordada na produção acadêmico- científica sobre crianças e adolescentes em situação de rua. De modo geral, compreende-se que situações de vulnerabilidade, mesmo quando experimentadas ainda no ambiente familiar, contribuem para o uso precoce dessas substâncias. A ida para as ruas aprofunda condições de vida adversas, reforçando, em muitos casos, o uso de drogas como estratégia de sobrevivência. Além de amenizar a fome e a violência cotidiana, esta prática é uma forma de iniciação em grupos que são importantes facilitadores para a sobrevivência nas ruas.

Embora o uso de cola (RIBEIRO et al., 2003) e de solventes (NASCIMENTO, 2009) tenha sido destacado em alguns dos estudos analisados, o consumo de crack parece despertar a preocupação de grande parte dos pesquisadores, sobretudo quando considerada sua relação com situações de empobrecimento social, com destaque para contextos de moradia precária e desabrigoamento (MOTA, 2012; CLARO et al., 2014; BRANDÃO, 2013; NUNES, 2004; NUNES; ANDRADE, 2009).

A dinâmica familiar aparece como um elemento importante a ser observado no que tange esta questão, ora desempenhando papel protetor, ora facilitador, em relação ao uso de drogas (NEIVA-SILVA, 2008; NASCIMENTO, 2009). A relação desta prática com os “comportamentos de risco”, alguns vinculados à busca pela droga e outros ao estado de “intoxicação”, também se destaca (MOURA; SILVA; NOTO, 2009). Além disso, existem preocupações relacionadas ao fato de que as drogas proporcionam um prazer imediato, que pode diminuir outros interesses, fazendo com que as crianças e os adolescentes abandonem os estudos e o brincar, tornando preponderante a necessidade de conseguir dinheiro para sobreviver e sustentar o uso de drogas (NUNES, 2004; NUNES; ANDRADE, 2009).

Nas análises realizadas, o consumo de drogas em situação de rua também é relacionado à falta de estrutura e à desarticulação dos serviços públicos. Precárias condições em instituições do tipo casa de passagem revelam a negligência do governo em relação a esta população e contribuem para ampliar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes e os distanciar dos programas de saúde e assistência (MOTA, 2012). O tratamento político e assistencial destinado a crianças e adolescentes em situação de rua usuários de drogas, baseado em práticas repressivas e na violência sancionada pelo Estado, parece tornar essa prática ainda mais destrutiva e reforça o estigma em torno do consumo e dos usuários (BRANDÃO, 2013; NUNES, 2013).